

Atividades com Comunicação & Educação – Ano XXI – n. 1

Ruth Ribas Itacarambi

Doutora pela Faculdade de Educação da USP. Educadora aposentada do IME-USP. Pesquisadora e professora do Instituto Singularidades. Coordenadora do grupo GCIEM (Grupo Colaborativo de Investigação em Educação Matemática).

E-mail: acarambi@usp.br

*“...todas as características importantes da democracia têm um caráter dialógico que une de modo complementar termos antagônicos...”
(Morin, Edgar)¹*

*No ensino, qualquer decisão é o resultado consciente do papel que se atribui aos sistemas educativos. Essa função social corresponde à concepção que se tem sobre o tipo de pessoa que se quer formar e, como consequência, do modelo de sociedade que se deseja.
(Zabala, Antoni)²*

Nesta edição não seria possível deixar de lado a análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico: Base Nacional Currículo Comum (BNC). A necessidade do documento está definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e o Plano Nacional de Educação, de 2014, que determinam que o governo federal estabeleça uma Base Nacional Comum Curricular (BNC) para todas as etapas da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O documento final sobre a BNC deverá estar pronto em 2016. Ele deve impactar o planejamento das escolas, a formação inicial dos docentes, o sistema de avaliação e os materiais didáticos.

Na opinião dos pesquisadores da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)³, são diferentes as interpretações sobre como deve se constituir essa Base Nacional Comum do Currículo. Alguns falam de currículo mínimo, ou de currículo unificado, ou de conteúdos a serem ensinados em todas as escolas brasileiras, outros de conhecimentos comuns e de direitos a aprendizagem e desenvolvimento. Essas diferentes interpretações são a expressão de que esse é um espaço de disputas de poder pela definição de um projeto de formação e pela seleção e distribuição dos conhecimentos relevantes na sociedade atual.

A partir dos artigos desta edição, vamos propor uma reflexão centrada na Educomunicação. Começamos com o artigo de Ismar de Oliveira Soares: “A

educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico”. O artigo diz respeito a um momento histórico na definição das políticas de Educação, no Brasil, e busca colher e avaliar informações sobre o pensamento da sociedade brasileira quanto aos possíveis processos de aproximação entre a Comunicação, suas linguagens e tecnologias e a Educação Básica.

O artigo analisa a posição da Anped e de gestores de escolas particulares, e considera que de acordo com a conclusão da reunião, em novembro de 2015, o argumento mais forte a favor de um currículo padronizado foi o de que tal disposição garantiria o direito de oferta de um mesmo ensino para todos os estudantes do país. Parecem optar por uma espécie de solução de compromisso: a defesa por um currículo nacional baseado num núcleo de conhecimentos comuns, mas que, em contrapartida, garanta a expectativa de respeito à cultura local e à diversidade.

O artigo de David Buckingham, “A evolução da educação midiática no Reino Unido: algumas lições da história”, apresenta a educação midiática no Reino Unido e sua história. Segundo o autor, a educação midiática tem sido um elemento constante no currículo escolar por cerca de 25 anos, mas enfrenta desafios crescentes na última década.

Falar de Educomunicação é, também, falar de formação de professores. Para isso, escolhemos o artigo de Fernandes Dourado: “Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas”, que contextualiza a política de formação dos profissionais para o magistério da educação básica no Brasil e, desse modo, retoma analiticamente os marcos legais, diretrizes e bases para as políticas, programas e ações nesse campo. Segundo o autor, desenvolve a análise do Plano Nacional de Educação (2014/2014), do Parecer (CNE/CP 2/2015) e da Resolução (CNE/CP2/2015) que definem as novas diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica. Traz a reflexão:

É fundamental romper com propostas político-pedagógicas para a formação de profissionais do magistério que tenha por foco apenas o saber fazer, o municiamento prático, bem como com concepções que advogam a teoria como o elemento fundante para a formação, ignorando, em muitos casos, a importância da produção e práticas pedagógicas, o estágio supervisionado, dentre outros.

O esforço político, portanto, é o de garantir as condições objetivas — gestão e financiamento — para que as Diretrizes Curriculares Nacionais, em sintonia com a política nacional de formação de professores, se materializem na interseção educação básica e superior e por meio da efetiva garantia da profissionalização dos professores.

Lembramos que para pensar num projeto curricular comum seria preciso definir o tipo de educação que se pretende oferecer às crianças e aos jovens do Brasil, de hoje. Na perspectiva de pensar um projeto curricular que pretenda oferecer o mesmo tipo de educação às crianças e jovens, temos o artigo de Ariane Porto Costa Rimoli, “O mundo da comunicação e o mundo da criança”. No qual a autora considera que a mídia se apresenta como o espaço privilegiado para os diálogos e monólogos acerca da infância e juventude e, também, para

1. Morin, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

2. Zabala, Antoni. *Enfoque globalizador e pensamento complexo: Uma proposta para o currículo escolar*. Porto Alegre: Armed, 2012.

3. Disponível em: <www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curriculo-para-educacao-basica-em-disputa>.

as próprias crianças refletirem sobre a sociedade e seu espaço de representação. Estaria contemplando: “O direito de se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, escrita, das artes..., assim como de informar e de se informar, por meio dos vários recursos de comunicação”, apontado entre os doze direitos no texto do BNC.

Na mesma direção, temos o artigo de Vera de Fátima Vieira: “Educomunicação pela cidadania das mulheres”. Segundo a autora, com a revolução das TIC, o avanço do trabalho pela equidade das relações sociais de gênero depara-se com o desafio da mudança de mentalidade. Concomitantemente com a revolução tecnológica, ocorrem as revoluções do aprendizado e da expressão pessoal e interpessoal, acarretando outras formas de representação da mulher em função das novas dinâmicas comunicacionais. Embora considere que apesar do avanço significativo na condição de vida da mulher, intensificado nas últimas décadas graças ao impulsionamento dado pelo movimento feminista, permanece o impasse na busca da igualdade na divisão dos espaços público e privado.

As atividades desta edição estão organizadas nos seguintes temas:

- Educomunicação na definição das políticas de Educação no Brasil.
- Formação de profissionais do magistério da educação básica.
- Diálogos e monólogos acerca da infância e da juventude.
- Mudança de mentalidade.

PRIMEIRA ATIVIDADE

Educomunicação na definição das políticas de Educação no Brasil

A atividade está organizada para os cursos de graduação, em particular, os cursos de Comunicação e Pedagogia e tem como apoio o artigo de Ismar de Oliveira Soares, “A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico”. O artigo comenta a definição das políticas de Educação, no Brasil, e o autor busca colher e avaliar informações sobre o pensamento da sociedade brasileira quanto aos possíveis processos de aproximação entre a Comunicação, suas linguagens e tecnologias e a Educação Básica. E o artigo de David Buckingham, “A evolução da educação midiática no Reino Unido: algumas lições da história”, que apresenta a reflexão sobre o desenvolvimento da educação midiática como parte de um movimento mais amplo no sentido da democratização.

A atividade está organizada na seguinte sequência didática.

1. Propor a leitura do artigo de Soares, tendo como roteiro a discussão das questões:
 - Por que o autor comemora o simples anúncio da intencionalidade de se introduzir, na educação básica, elementos inerentes ao universo da sociedade da comunicação e da informação?
 - Qual é a posição da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), sobre as orientações do BNC

(Base Nacional Curricular) do MEC que apresenta um currículo nacional baseado num núcleo de conhecimentos comuns? Como subsídio para essa questão sugerimos os *sites* <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>, <www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curriculo-para-educacao-basica-em-disputa>.

- Como é abordada a garantia de respeito à cultura local e à diversidade?
 - Qual foi a participação dos professores da escola básica na elaboração dessa proposta?
2. Fazer a síntese das considerações, em grupo.
 3. Solicitar que os alunos consultem no *site* do MEC pelo menos três pareceres de leitores críticos e sugerir que busquem as contribuições relacionadas às suas áreas de conhecimento. Consultar o *site*. <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheca>>.
 4. Discutir com os alunos a colocação de Sandra Selles, presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec) que ressalta preocupação com a "posição subalterna historicamente dispensada aos professores da Educação Básica nos processos de produção curricular e de políticas educacionais".
 5. Fazer a leitura do artigo de Buckingham, em particular, o item "Democratização e defensividade", no qual a democratização é apontada como construção de ligações entre a cultura da escola, a da casa e a de seus pares e a defensibilidade como proteção dos estudantes contra o que se considera efeitos negativos da mídia.
 6. Propomos fechar a atividade com o artigo de Soares pesquisando os "Doze Direitos de Aprendizagem"⁴ e analisando as três perspectivas de direito de interesse imediato para a prática proposta no artigo:
 - *O direito a prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro* (para o que torna-se indispensável a construção de um ecossistema comunicativo aberto e democrático).
 - *O direito de se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, escrita, das artes...*, assim como de informar e de se informar, por meio dos vários recursos de comunicação (como é próprio do ideário educomunicativo).
 - *O direito de participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva...*, dispondo-se a enfrentar ou mediar eticamente conflitos de interesse (tema inerente ao da gestão das relações de comunicação no interior do espaço escolar e fora dele).

SEGUNDA ATIVIDADE

Formação de profissionais do magistério da educação básica

A reflexão sobre o tema tem como apoio o artigo de Luiz Fernandes Dourado "Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e

4. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/09/BNCC>>.

perspectivas”, que tem como objetivo contextualizar a política de formação dos profissionais para o magistério da educação básica no Brasil. A abordagem do autor tem por eixo a pesquisa documental e destaca-se a centralidade conferida à Base Comum Nacional pelo Parecer CNE/CP n. 2/2015 e Resolução CNE/CP n. 2/2015, como referência para a valorização dos profissionais da educação envolvendo, de modo articulado, questões e políticas atinentes a formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho no país.

O estudo do tema está organizado na atividade a seguir, que é destinada aos alunos de graduação das licenciatura e professores.

1. Fazer a leitura do item “A formação de profissionais do magistério da educação básica no Brasil: breves considerações históricas” do artigo, apontando os órgãos citados e suas competências.
2. O autor discorre que: “Nas últimas décadas, o debate sobre a formação de profissionais do magistério vem se intensificando e tem se traduzido em campo de investigações margeados por disputas de concepções”. Identifique as disputas descritas.
3. Diante das disputas, o autor considera que: “É fundamental romper com propostas político-pedagógicas para a formação de profissionais do magistério que tenha por foco apenas o saber fazer, o municiamento prático, bem como com concepções que advogam a teoria como o elemento fundante para a formação, ignorando, em muitos casos, a importância da produção e práticas pedagógicas, o estágio supervisionado, dentre outros”. Discuta em grupo a consideração do autor e como ela afeta sua formação profissional.
4. Quais são os princípios norteadores das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais do magistério?
5. Qual é a sua posição sobre a conclusão do autor: “O esforço político, portanto, é o de garantir as condições objetivas — gestão e financiamento — para que as Diretrizes Curriculares Nacionais, em sintonia com a política nacional de formação de professores, se materializem na interseção educação básica e superior e por meio da efetiva garantia da profissionalização dos professores”.

TERCEIRA ATIVIDADE

Diálogos e monólogos acerca da infância e da juventude

Numa sociedade cada vez mais permeada pelas mídias e por tecnologias, como convivem as crianças com suas imagens e experiências e que formas de perceber o mundo são construídas? No artigo de Ariane Porto Costa Rimoli, “O mundo da comunicação e o mundo da criança”, a autora considera que a mídia se apresenta como o espaço privilegiado para os diálogos e monólogos acerca da infância e juventude.

A atividade tem como público-alvo os professores e alunos de Pedagogia e Comunicação.

1. Propor a leitura crítica do artigo e abrir um fórum com as seguintes questões:
 - Na opinião da autora qual a relação entre esses dois mundos: o mundo da comunicação e o mundo da criança?
 - Na sua opinião, qual a relação entre as mídias e as crianças?
 - Que programas e produtos são destinados a processos comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais?
 - Desses programas, quais estão as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem?
2. Fazer a síntese das considerações no fórum e registrá-la em um texto narrativo para ser postado, via portal ou *blog*, na internet.
3. Comentar a afirmação da autora: “A mídia se apresenta como o espaço privilegiado para os diálogos e monólogos acerca da infância e juventude. Porém, essa mediação, ao mesmo tempo em que é aceita, é contestada”.
4. No artigo, a autora cita o Conselho Global de Juventude e Mídia — Global Youth Media Council (GYMC) e apresenta questões e recomendações. Fazer a leitura das recomendações e discutir em grupo o significado dessas recomendações para a formação dos jovens cidadãos.

QUARTA ATIVIDADE

Mudança de mentalidade

Discutir a mudança de mentalidade nas relações sociais de gênero é apresentado como desafio no artigo de Vera de Fátima Vieira, “Educomunicação pela cidadania das mulheres”, que discute sobre como a revolução das TIC pode acarretar outras formas de representação da mulher em função das novas dinâmicas comunicacionais.

A atividade está organizada de modo que seja acessível a diferentes públicos, professores e alunos, cabe ao aplicador adaptá-la a seu público-alvo.

1. Pesquisar nas diferentes mídias visuais (cinema, televisão, internet etc.) e mídia impressa (jornais, revistas etc.) a representação da mulher.
2. Discutir as informações coletadas.
3. Ler o artigo de Vieira, em particular a consideração: “A recente revolução comunicativa que traz ao movimento feminista perspectivas pungentes na luta pela transformação das relações sociais de gênero”.
4. Voltar ao texto e ler o item: “As mídias como instrumentos de transformação da realidade”. Fazer um resumo das principais estatísticas apontadas e seus comentários.
5. Propor que assistam o filme *Que horas ela volta?* e, em seguida, leiam a resenha presente nesta edição.
6. Fazer a síntese dos diferentes papéis representados pelas personagens femininas do filme.